

2017-2019

Diretor de Tecnologia da  
Informação e Comunicação

2017-2019



# PDTIC

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA  
DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

FUNDAÇÃO  Casa de Rui Barbosa

MINISTÉRIO DA  
CULTURA



## **Governo**

---

**Presidente da República**

Michel Temer

**Ministro da Cultura**

Sergio Sá Leitão

## **Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB**

---

**Presidente**

Marta de Senna

**Diretor Executivo**

Antonio Herculano Lopes

**Diretora do Centro de Memória e Informação – CMI**

Ana Ligia Silva Medeiros

**Diretora do Centro de Pesquisa – CP**

Joëlle Rachel Rouchou

**Coordenador-Geral de Administração**

Ronaldo Leite Pacheco Amaral

**Chefe da Divisão de Planejamento e Orçamento**

Maria Alice Dias Villas Boas

**Chefe da Divisão de Difusão Cultural**

Mara Sueli Ribeiro Lima

**Procurador Chefe**

Alessandro Quintanilha Machado

**Auditora Chefe**

Maria dos Anjos Vieira Labres



## **Comissão de Elaboração do PDTIC**

Amanda Siqueira

Andréa Castelo Branco Magalhães

Aparecida Rangel

Dilza Ramos Bastos

Eduardo Pinheiro da Costa

Fabio Jardim dos Santos

Joao Miguel Latorre Xavier

Lúcia Maria Velloso de Oliveira

Luis Antonio da Silva

Ricardo Fonseca



## Sumário

<a href="#">Apresentação .....</a>	<a href="#">06</a>
<a href="#">1. Introdução .....</a>	<a href="#">08</a>
<a href="#">1.1 Fatores motivacionais para a FCRB elaborar o PDTIC .....</a>	<a href="#">08</a>
<a href="#">1.2 Alinhamento .....</a>	<a href="#">08</a>
<a href="#">2. Termos e Abreviações .....</a>	<a href="#">09</a>
<a href="#">3. Metodologia Aplicada .....</a>	<a href="#">15</a>
<a href="#">4. Documentos de Referência .....</a>	<a href="#">16</a>
<a href="#">4.1 Documentos de gestão de TIC e Governança da FCRB .....</a>	<a href="#">16</a>
<a href="#">4.2 Referência Técnica e Legal .....</a>	<a href="#">17</a>
<a href="#">5. Princípios e Diretrizes .....</a>	<a href="#">19</a>
<a href="#">6. Organização da TIC .....</a>	<a href="#">23</a>
<a href="#">7. Resultado do PDTI Anterior .....</a>	<a href="#">25</a>
<a href="#">8. Referencial Estratégico de TIC .....</a>	<a href="#">28</a>
<a href="#">8.1 Missão da FCRB .....</a>	<a href="#">28</a>
<a href="#">8.2 Competência Regimental .....</a>	<a href="#">29</a>
<a href="#">8.3 Visão .....</a>	<a href="#">29</a>
<a href="#">8.4 Valores .....</a>	<a href="#">29</a>
<a href="#">8.5 Objetivos Estratégicos .....</a>	<a href="#">29</a>
<a href="#">8.6 Análise de SWOT .....</a>	<a href="#">30</a>
<a href="#">9. Alinhamento com a Estratégia da organização .....</a>	<a href="#">31</a>
<a href="#">10. Inventário das Necessidades .....</a>	<a href="#">33</a>
<a href="#">10.1 Plano de Levantamento das Necessidades .....</a>	<a href="#">33</a>
<a href="#">10.2 Critérios de Priorização .....</a>	<a href="#">34</a>
<a href="#">10.3 Necessidades Identificadas .....</a>	<a href="#">35</a>
<a href="#">11. Capacidade Estimada de Execução da TIC .....</a>	<a href="#">44</a>
<a href="#">12. Plano de Metas e Ações .....</a>	<a href="#">47</a>
<a href="#">13. Plano de Gestão de Pessoas .....</a>	<a href="#">62</a>
<a href="#">14. Plano Orçamentário .....</a>	<a href="#">63</a>
<a href="#">15. Plano de Gestão de Riscos .....</a>	<a href="#">63</a>



---

<a href="#">16. Processo de Revisão do PDTIC .....</a>	<a href="#">66</a>
<a href="#">17. Fatores Críticos de Sucesso .....</a>	<a href="#">67</a>
<a href="#">18. Conclusão .....</a>	<a href="#">68</a>



## Apresentação

O Governo Federal, por meio da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), motivado por acórdãos do Tribunal de Contas da União, publica, desde 2006, instruções normativas e documentos de suporte ao planejamento das atividades de tecnologia da informação (TI) dos órgãos que compõem a Administração Pública Federal. Desse conjunto de normativos, destaca-se a Instrução Normativa 4/2014 SLTI/MPOG, de 11 de setembro de 2014, que estabelece a necessidade de elaboração de “instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de tecnologia da informação que visa a atender às necessidades tecnológicas e de informação de um órgão ou entidade para um determinado período” como premissa para qualquer contratação ou aquisição na área de TIC. A esse instrumento, deu-se o nome de Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC).

### Objetivo

Na Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), o PDTI foi previsto no Plano de Metas de Tecnologia da Informação de 2010. Este PDTI definiu o conjunto de recomendações que nortearam os direcionamentos e investimentos, objetivando a melhoria contínua dos processos de gestão da TI na FCRB.

Portanto, apresentamos o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da FCRB, revisado para um novo ciclo, visando o alinhamento das ações de tecnologia da informação e comunicação (TIC) aos objetivos estratégicos institucionais, adequando os processos de governança de TIC em toda Fundação para o triênio 2017-2019.

### Conteúdo

- > Apresentação
- > Introdução
- > Termos e abreviações
- > Metodologia aplicada



- > Documentos de referência
- > Princípios e diretrizes
- > Organização da STIC
- > Resultados do PDTI anterior
- > Referencial estratégico de TIC
- > Alinhamento com a estratégia da organização
- > Inventário das necessidades
- > Capacidade estimada de execução da TIC
- > Plano de metas e ações
- > Plano de gestão de pessoas
- > Plano orçamentário
- > Plano de gestão de riscos
- > Processo de revisão do PDTIC
- > Fatores críticos de sucesso
- > Conclusão
- > Anexos

#### **Abrangência do PDTIC**

O PDTIC envolve toda a Fundação Casa de Rui Barbosa, com o intuito de informatizar todas as áreas e possuir uma equipe capacitada para atender todas as demandas de TI com eficiência e eficácia.

O desenvolvimento dos trabalhos de levantamento e de diagnóstico foi efetuado na FCRB, situada na rua São Clemente, 134, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ.

#### **Validade e ciclo de revisão do PDTIC**

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2013-2015 foi prorrogado pela Portaria nº 99, de 9 de dezembro de 2016, e posteriormente pela Portaria nº 76 de 30 de junho de 2017. Foi atualizado para que suas ações vigorem no período de 2017-2019, e deverá ser revisto pelo menos uma vez por ano ou quando se fizer necessário, obedecendo ao ciclo de revisão do PDTIC.



## 1. Introdução

### 1.1. Fatores motivacionais para a FCRB elaborar o PDTIC

A Administração Pública Federal (APF), por meio de suas instituições, procura atuar de forma estruturada e coesa para a preservação dos investimentos que são realizados. No caso específico de recursos de tecnologia da informação e comunicação, o Tribunal de Contas da União emitiu acórdãos, como os 1603/2008, 2308/2010, 380//2011, 1233/2012, 2585/2012, 1221/2014 e 3051/2014, vislumbrando maior controle sobre o planejamento de necessidades, a contratação dos recursos e a aferição de resultados.

Por sua vez, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, por meio da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), vem atuando firmemente nesse contexto. A Secretaria de Tecnologia da Informação tem coordenado atividades e ações do governo, como o Sistema de Administração de Recursos de Informática e Informação (SISP) e as Estratégias Gerais de Tecnologia da Informação (EGTI). É sua responsabilidade propor políticas e também planejar, coordenar, supervisionar e orientar normativamente as atividades de gestão dos recursos de tecnologia da informação, governo digital e segurança da informação no âmbito do sistema. Tanto assim, que a STI emitiu a Instrução Normativa (IN) nº 4, de 11 de setembro de 2014, que dispõe sobre o processo de contratação de serviços de TI pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

No conteúdo dessa IN nº 4 está a determinação de precedência de planejamento para as contratações de TIC, em harmonia com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC).

### 1.2. Alinhamento

O PDTIC tem o objetivo de estabelecer, durante o período de vigência, uma estrutura tecnológica que viabilize a criação de novas soluções para atender quatro grandes eixos: pela vertente do ensino, Mestrado Profissional em Memória e Acervos; pela vertente da preservação, a continuidade das obras e projetos de ampliação, restauração e revitalização do





conjunto arquitetônico e paisagístico da Casa de Rui Barbosa; pelo lado da democratização da informação, o programa de acesso digital ao acervo da FCRB; e pelo eixo da pesquisa, a produção de conhecimento e a reflexão sobre a cultura brasileira e sobre as políticas públicas de cultura.

## 2. Termos e abreviações

### Siglas

SIGLA	Significado
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AGU	Advocacia-Geral da União
APF	Administração Pública Federal
ASSCOM	Assessoria de Comunicação
CGA	Coordenação-Geral de Administração
CMI	Centro de Memória e Informação
COBIT	Control Objectives for Information and Related Technologies
CP	Centro de Pesquisa
CPD	Centro de Processamento de Dados
DAS	Direção e Assessoramento Superiores
DDC	Divisão de Difusão Cultural
DDD	Discagem Direta a Distância
DDI	Discagem Direta Internacional
DPO	Divisão de Planejamento e Orçamento
EGD	Estratégia de Governança Digital
EGTI	Estratégia Geral de Tecnologia da Informação
e-MAG	Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico
e-PING	Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico
FCPE	Funções Comissionadas do Poder Executivo
FCRB	Fundação Casa de Rui Barbosa
GLPI	Gestion Libre de Parc Informatique



GT	Grupo de trabalho
ID	Identificação
IN	Instrução Normativa
ITIL	Information Technology Infrastructure Library
LOA	Lei Orçamentária Anual
MCRB	Museu Casa de Rui Barbosa
MPDG	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
OCS Inventory NG	Open Computer and Software Inventory Next Generation
PABX	Private Automatic Branch Exchange
PCTIC	Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PEN	Processo Eletrônico Nacional
PenSei Digital	Nome do projeto de implementação do Processo Eletrônico Nacional na FCRB
PMBOK	Project Management Body of Knowledge
PMI	Project Management Institute
PNC	Plano Nacional de Cultura
PNDP	Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal
Posic	Política de Segurança da Informação e Comunicações
PPA	Plano Plurianual
PPGMA	Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos
SAHI	Serviço de Arquivo Histórico e Institucional
SARH	Serviço de Administração de Recursos Humanos
SASG	Serviço de Administração de Serviços Gerais
SEOF	Serviço de Execução Orçamentária, Contábil e Financeira
SETIC	Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicações
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SISP	Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
SLIC	Serviço de Licitações e Contratos



SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
STI	Secretaria de Tecnologia da Informação
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças)
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicações

### Glossário

Alinhamento estratégico	Assegura o alinhamento dos planos da TI com os de negócio e alinha a operação e as entregas da TI com as operações da organização.
Análise de SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças). É uma ferramenta utilizada para fazer análise de cenário – ou análise de ambiente –, sendo usada como base para gestão e planejamento estratégico de uma corporação ou empresa ( <a href="https://pt.wikipedia.org/wiki/An%C3%A1lise_SWOT">https://pt.wikipedia.org/wiki/An%C3%A1lise_SWOT</a> ).
Área de TIC	Termo que abrange todos os serviços e recursos de tecnologia de informação e comunicações, sejam recursos humanos, tecnológicos, computacionais, informacionais ou unidades administrativas.
Backup	Cópia de segurança de arquivos digitais.
Bacula	Bacula é um <i>software</i> livre que permite que você – ou o administrador de sistema – administre <i>backup</i> , restauração e verificação dos dados de computadores em uma rede de sistemas mistos ( <a href="http://www.bacula.com.br/capitulo-v-%E2%80%93-principais-caracteristicas-do-bacula/">http://www.bacula.com.br/capitulo-v-%E2%80%93-principais-caracteristicas-do-bacula/</a> ).
Boa/melhor prática	Existência de consenso geral de que a aplicação correta de habilidades, ferramentas e técnicas podem aumentar as chances de sucesso em uma ampla gama de projetos (Guia PMBOK. 4.ed. 2008) ( <a href="http://www.portal-administracao.com/2014/01/entendendo-o-guia-pmbok.html">http://www.portal-administracao.com/2014/01/entendendo-o-guia-pmbok.html</a> )
Capacitação	Processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais, por meio do desenvolvimento de competências individuais (EGD 2016-2019, SISP). ( <a href="http://www.planejamento.gov.br/EGD/arquivos/Estrategia-de-Governanca-Digital.pdf">http://www.planejamento.gov.br/EGD/arquivos/Estrategia-de-Governanca-Digital.pdf</a> )
COBIT	Control Objectives for Information and Related Technologies é <i>framework</i> de boas práticas criado pela ISACA – Information Systems Audit and Control Association – para a governança de tecnologia de informação (TI). Possui uma série de recursos que podem servir como um modelo de referência para governança da TI e do negócio, incluindo um sumário executivo, um <i>framework</i> , objetivos de controle, mapas de auditoria, ferramentas para a sua implementação e, principalmente, um guia com técnicas de gerenciamento ( <a href="https://pt.wikipedia.org/wiki/COBIT">https://pt.wikipedia.org/wiki/COBIT</a> ).



CPD	Sigla para centro de processamento de dados, que remete à década de 1970, quando os dados eram processados no final do expediente por meio de processos em <i>batch</i> (processamento em lote). Neste PDTI, refere-se à local similar ao <i>data center</i> , porém não segue as mesmas normas técnicas deste no que se refere a segurança física, padrões elétricos e de cabeamento estruturado.
Dados abertos	Segundo a definição da Open Knowledge Foundation, dados são abertos quando qualquer pessoa pode livremente usá-los, reutilizá-los e redistribuí-los, estando sujeito a, no máximo, a exigência de creditar a sua autoria e compartilhar a mesma licença. Isso geralmente é satisfeito pela publicação dos dados em formato aberto e sob uma licença aberta (EGD 2016-2019, SISP). ( <a href="http://www.planejamento.gov.br/EGD/arquivos/Estrategia-de-Governanca-Digital.pdf">http://www.planejamento.gov.br/EGD/arquivos/Estrategia-de-Governanca-Digital.pdf</a> ).
<i>Data center</i>	O <i>data center</i> é um ambiente projetado para abrigar servidores e outros componentes, como sistemas de armazenamento de dados ( <i>storages</i> ) e ativos de rede – <i>switches</i> , roteadores ( <a href="https://www.telecorp.com.br/glossario/data-center/">https://www.telecorp.com.br/glossario/data-center/</a> ). Atende às mais rigorosas normas técnicas de segurança física, de padrões elétricos e cabeamento estruturado.
<i>Helpdesk</i>	<i>Helpdesk</i> (literalmente “balcão de ajuda”) é um termo da língua inglesa que designa o serviço de apoio a usuários para suporte e resolução de problemas técnicos, de informática, telefonia e tecnologias de informação; ou pré e pós-vendas ( <a href="https://pt.wikipedia.org/wiki/Help_desk">https://pt.wikipedia.org/wiki/Help_desk</a> ).
Interoperabilidade	No contexto deste documento, interoperabilidade é a capacidade de um sistema, informatizado ou não, de se comunicar de forma transparente – ou o mais próximo disso – com outro sistema, semelhante ou não (Wikipédia. Acesso em: 10 dez. 2015). ( <a href="https://pt.wikipedia.org/wiki/Interoperabilidade">https://pt.wikipedia.org/wiki/Interoperabilidade</a> ).
ITIL	Information Technology Infrastructure Library (ITIL) é um conjunto de boas práticas para serem aplicadas na infraestrutura, operação e gerenciamento de serviços de tecnologia da informação – ITSM ( <a href="https://pt.wikipedia.org/wiki/Information_Technology_Infrastructure_Library">https://pt.wikipedia.org/wiki/Information_Technology_Infrastructure_Library</a> ).
Padrão de interoperabilidade	Um conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da tecnologia de informação e comunicações, estabelecendo as condições de interação entre sistemas ou recursos computacionais.
Gestão de riscos	Permite que a organização reconheça todos os riscos (e oportunidades) derivados da TI para o negócio e que decida e tenha planos para mitigá-los na medida em que julgue necessário.
GLPI	Gestion Libre de Parc Informatique é uma solução <i>software</i> livre de gerenciamento de ativos de TI e <i>helpdesk</i> . GLPI é uma aplicação <i>web</i> completa para gerenciar todos os seus problemas de gerenciamento de ativos de TI: gerenciar o inventário de componentes de um parque de computador de <i>hardware</i> e <i>software</i> para gestão de suporte ao usuário ( <a href="http://glpi-project.org/">http://glpi-project.org/</a> ).
Governança de TI	Consiste em aspectos de liderança, estrutura organizacional e processos que garantam que a área de TI da organização suporte e aprimore os objetivos e as estratégias da organização. É de responsabilidade dos executivos e da Alta Direção (COBIT 4.1). ( <a href="http://www.tjdf.t.jus.br/institucional/control-interno/boas-praticas/cobit/at_download/file">http://www.tjdf.t.jus.br/institucional/control-interno/boas-praticas/cobit/at_download/file</a> ).
Governança digital	Utilização, pelo setor público, de tecnologias da informação e comunicação com o objetivo de melhorar a informação e a prestação de serviços, incentivando a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão, e tornando o governo mais responsável, transparente e eficaz (Verma et al., National Informatics Centre of India, 2005). ( <a href="http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A157266644015729B5C57D768B">http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A157266644015729B5C57D768B</a> ).



Infraestrutura de TIC	Alicerce tecnológico que suporta os serviços de TIC utilizados pela organização, compreendendo <i>hardware</i> , <i>software</i> e redes de comunicação.
Inovação	Inovação significa novidade ou renovação, referindo-se a uma ideia, método ou objeto que é criado e que pouco se parece com padrões anteriores. Pode ser também definida como fazer mais com menos recursos, por permitir ganhos de eficiência em processos – produtivos, administrativos, financeiros ou na prestação de serviços –, potencializar e ser motor de competitividade (EGD 2016-2019, SISP). ( <a href="http://www.planejamento.gov.br/EGD/arquivos/Estrategia-de-Governanca-Digital.pdf">http://www.planejamento.gov.br/EGD/arquivos/Estrategia-de-Governanca-Digital.pdf</a> ).
LOA	É na Lei Orçamentária Anual (LOA) que o governo define as prioridades contidas no PPA e as metas que deverão ser atingidas naquele ano. A LOA disciplina todas as ações do Governo Federal. Nenhuma despesa pública pode ser executada fora do Orçamento, mas nem tudo é feito pelo Governo Federal ( <a href="http://www.orcamentofederal.gov.br/perguntasfrequentes/o-que-e-lei-orcamentaria-anual-loa">http://www.orcamentofederal.gov.br/perguntasfrequentes/o-que-e-lei-orcamentaria-anual-loa</a> ).
OCS Inventory NG	Open Computer and Software Inventory Next Generation (OCS Inventory NG) é um <i>software</i> livre que permite aos usuários inventariar ativos de TI. O OCS-NG coleta informações sobre o <i>hardware</i> e o <i>software</i> das máquinas em rede, executando um programa cliente do OCS (“OCS Inventory Agent”). O OCS pode visualizar o inventário por meio de uma interface <i>web</i> . ( <a href="https://pt.wikipedia.org/wiki/OCS_Inventory">https://pt.wikipedia.org/wiki/OCS_Inventory</a> ).
Objetivos estratégicos	São os resultados quantitativos e/ou qualitativos, expressos normalmente com o verbo no infinitivo, que a TIC do MCTI se propõe a alcançar num determinado espaço de tempo, de forma a direcionar a organização na direção estratégica que ela pretende ir. O objetivo completo envolve uma meta, que indica o alvo a ser atingido pelo objetivo.
Outsourcing de impressão	É a locação de impressoras na FCRB. O seu custo de manutenção e a substituição de suprimentos ficam a cargo da empresa contratada; a cobrança é realizada pela quantidade de impressões e cópias realizadas.
PABX	Private Automatic Branch Exchange, cuja tradução seria “Troca automática de ramais privados”. É um centro de distribuição telefônica pertencente a uma empresa que não inclua como sua atividade o fornecimento de serviços telefônicos ao público em geral ( <a href="https://pt.wikipedia.org/wiki/PBX">https://pt.wikipedia.org/wiki/PBX</a> ).
PCTIC	Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações – PCTIC – é uma ferramenta de planejamento a ser consolidada pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal – SISP ( <a href="https://www.governoeletronico.gov.br/eixos-de-atuacao/governo/sistema-de-administracao-dos-recursos-de-tecnologia-da-informacao-sisp/ncti-nucleo-de-contratacoes-de-tecnologia-da-informacao/plano-de-contratacoes-de-solucoes-de-tecnologia-da-informacao-e-comunicacoes">https://www.governoeletronico.gov.br/eixos-de-atuacao/governo/sistema-de-administracao-dos-recursos-de-tecnologia-da-informacao-sisp/ncti-nucleo-de-contratacoes-de-tecnologia-da-informacao/plano-de-contratacoes-de-solucoes-de-tecnologia-da-informacao-e-comunicacoes</a> ).
PEN	Processo Eletrônico Nacional. É uma iniciativa conjunta de órgãos e entidades de diversas esferas da administração pública, com o intuito de construir uma infraestrutura pública de processos e documentos administrativos eletrônicos, objetivando a melhoria no desempenho dos processos do setor público, com ganhos em agilidade, produtividade, transparência, satisfação do usuário e redução de custos ( <a href="http://www.planejamento.gov.br/pensei">http://www.planejamento.gov.br/pensei</a> ).



PMBOK	O guia Project Management Body of Knowledge (PMBOK) é um conjunto de práticas na gestão de projetos organizado pelo instituto PMI, e é considerado a base do conhecimento sobre gestão de projetos por profissionais da área.
PPA	Plano Plurianual. O PPA é um instrumento previsto no art. 165 da Constituição Federal, destinado a organizar e viabilizar a ação pública, com vistas a cumprir os fundamentos e os objetivos da República. Por meio dele, é declarado o conjunto das políticas públicas do governo para um período de quatro anos e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas ( <a href="http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/planejamento-governamental/plano-plurianual-ppa/o-que-eacute-o-ppa">http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/planejamento-governamental/plano-plurianual-ppa/o-que-eacute-o-ppa</a> ).
Processo	Conjunto definido de atividades ou comportamentos executados por humanos ou máquinas para alcançar uma ou mais metas. Os processos são disparados por eventos específicos e apresentam um ou mais resultados que podem conduzir ao término do processo ou a outro processo. Processos são compostos por várias tarefas ou atividades inter-relacionadas e consomem recursos na sua execução – tempo, dinheiro, materiais (BPM-CBOK). ( <a href="http://www.pf.gov.br/imagens/distrito-federal/orgaos-centrais/cgti/pregoes/pregao-eletronico-no-02-2015-cgti-dpf/METODOLOGIA_GERENCIAMENTO_PROJETOS_DPF.pdf/@@download/file/METODOLOGIA_GERENCIAMENTO_PROJETOS_DPF.pdf">http://www.pf.gov.br/imagens/distrito-federal/orgaos-centrais/cgti/pregoes/pregao-eletronico-no-02-2015-cgti-dpf/METODOLOGIA_GERENCIAMENTO_PROJETOS_DPF.pdf/@@download/file/METODOLOGIA_GERENCIAMENTO_PROJETOS_DPF.pdf</a> ).
Risco	Em negócios, o potencial de que certa ameaça irá explorar as vulnerabilidades de um recurso ou grupo de recursos para causar perda e/ou prejuízos.
Segurança da informação e comunicação	Ações que objetivam viabilizar e assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações.
Streaming	A tecnologia <i>streaming</i> é uma forma de transmissão instantânea de dados de áudio e vídeo através de redes. Por meio do serviço, é possível assistir a filmes ou escutar música sem a necessidade de fazer <i>download</i> , o que torna mais rápido o acesso aos conteúdos <i>online</i> ( <a href="http://www.techtudo.com.br/artigos/noticia/2013/05/conheca-o-streaming-tecnologia-que-se-popularizou-na-web.html">http://www.techtudo.com.br/artigos/noticia/2013/05/conheca-o-streaming-tecnologia-que-se-popularizou-na-web.html</a> ).
Tecnologia da informação	Ativo estratégico que apoia processos de negócios institucionais, mediante a conjugação de recursos, processos e técnicas utilizados para obter, processar, armazenar, disseminar e fazer uso de informações
Tecnologia da informação e comunicações	Recursos necessários para adquirir, processar, armazenar e disseminar informações (NBR ISO/IEC 38500: 2009). ( <a href="http://www.sti.ufc.br/governanca-de-ti/">http://www.sti.ufc.br/governanca-de-ti/</a> ).
Totens	Terminais com altura média de 1,60 metro, dotados de tela na parte superior e <i>softwares</i> de interação para que a pessoa vá, sozinha, encontrando o caminho para obter o serviço, a informação ou o resultado que deseja ( <a href="http://www.guiadascidadesdigitais.com.br/site/pagina/totens-ganham-espao-nos-servicos-pblicos">http://www.guiadascidadesdigitais.com.br/site/pagina/totens-ganham-espao-nos-servicos-pblicos</a> ).
Usuário	Uma pessoa que usa o serviço de TI no dia-a-dia. Usuários são diferentes de clientes, pois alguns clientes não usam o serviço de TI diretamente. (ITIL, v.3). ( <a href="http://www.pmgacademy.com/pt/glossario-til/U">http://www.pmgacademy.com/pt/glossario-til/U</a> ).
Zabbix	O Zabbix é um <i>software</i> que monitora vários parâmetros da rede, dos servidores e da saúde dos serviços. Utiliza-se de um mecanismo flexível de notificação que permite configurar alertas por <i>e-mail</i> para praticamente qualquer evento. As notificações permitem que se reaja rapidamente a problemas no ambiente ( <a href="https://www.zabbix.com/documentation/3.0/pt/manual/introduction/about">https://www.zabbix.com/documentation/3.0/pt/manual/introduction/about</a> ).



### 3. Metodologia aplicada

A metodologia adotada para o desenvolvimento do PDTIC baseou-se na leitura de uma série de documentos que serão mencionados no próximo item, mas destacamos a experiência do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão sistematizada no *Guia de elaboração do PDTIC do SISP*, elaborado pela Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. O *Guia* disponibiliza um modelo que auxilia a construção de um Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação de forma simples e concisa, dando subsídio à gestão dos órgãos da Administração Pública Federal. O PDTI da FCRB – triênio 2013-2015 – também foi utilizado como fonte para a elaboração deste documento, além da consulta aos PDTIs e PDTICs dos seguintes órgãos:

- ANCINE – Agência Nacional do Cinema  
(<https://www.ancine.gov.br/sites/default/files/outros-relatorios/Docs%20-%20PDTIC%202017-2020.zip>) – PDTIC;
- CGU – Controladoria-Geral da União  
(<http://www.cgu.gov.br/sobre/institucional/planejamento-estrategico/arquivosti/pdti-2017-2018.pdf>) – PDTIC;
- INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
([http://www.inpe.br/cti/arquivos/PDTI-2015\\_2016.pdf](http://www.inpe.br/cti/arquivos/PDTI-2015_2016.pdf)) – PDTI;
- MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações  
([http://www2.mcti.gov.br/index.php?option=com\\_mtree&task=att\\_download&link\\_id=771&cf\\_id=24](http://www2.mcti.gov.br/index.php?option=com_mtree&task=att_download&link_id=771&cf_id=24)) – PDTIC;  
  
([http://www2.mcti.gov.br/index.php?option=com\\_mtree&task=att\\_download&link\\_id=771&cf\\_id=24](http://www2.mcti.gov.br/index.php?option=com_mtree&task=att_download&link_id=771&cf_id=24)) – PDTI;
- MINC – Ministério da Cultura  
([http://www.cultura.gov.br/documents/10883/1294840/PDTI-Minc\\_2015-17\\_v1.pdf/5e39af73-9c59-4c95-8c56-930686f163cf](http://www.cultura.gov.br/documents/10883/1294840/PDTI-Minc_2015-17_v1.pdf/5e39af73-9c59-4c95-8c56-930686f163cf)) – PDTI;
- UFPR – Universidade Federal do Paraná  
([http://www.pdti.ufpr.br/wp-content/uploads/2016/08/PDTI\\_UFPR\\_2016-2017\\_versao\\_aprovada\\_COPLAD\\_06-04-16.pdf](http://www.pdti.ufpr.br/wp-content/uploads/2016/08/PDTI_UFPR_2016-2017_versao_aprovada_COPLAD_06-04-16.pdf)) – PDTI.



A comissão constituída, além da leitura dos documentos citados e os de referência listados no item 4, reuniu-se periodicamente e realizou consultas às unidades organizacionais da Fundação.

A comissão constituída para elaboração do PDTIC 2017-2019 resolveu subdividir-se em subgrupos de trabalho, de forma que seus membros pudessem analisar aspectos específicos do PDTIC.



Figura 1 – Metodologia para elaboração do PDTIC.

## 4. Documentos de referência

### 4.1. Documentos de gestão de TIC e governança da FCRB

- > Estatuto (Decreto nº 8.987, de 13 de fevereiro de 2017)
- > Regimento interno (Portaria nº 40, de 20 de abril de 2017)
- > Organograma oficial atualizado da FCRB
- > Plano de ação
- > PPA
- > LOA





> PCTI

#### 4.2. Referência técnica e legal

- Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988.
  - ▶ Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...].
  - ▶ Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
    - Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.
  - ▶ Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:
    - I. avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
    - II. comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado [...].
  - ▶ Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e



planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

- Decreto nº 8.987, de 13 de fevereiro de 2017, aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Casa de Rui Barbosa, substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) por Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE).

- A Lei 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, cita o planejamento como uma das atividades de gestão orçamentária:

- ▶ Art. 7º Compete às unidades responsáveis pelas atividades de planejamento:

I. elaborar e supervisionar a execução de planos e programas nacionais e setoriais de desenvolvimento econômico e social;

II. coordenar a elaboração dos projetos de lei do Plano Plurianual e o item, metas e prioridades da Administração Pública Federal, integrantes do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, bem como de suas alterações, compatibilizando as propostas de todos os Poderes, órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Federal com os objetivos governamentais e os recursos disponíveis;

III. acompanhar física e financeiramente os planos e programas referidos nos incisos I e II deste artigo, bem como avaliá-los, quanto à eficácia e efetividade, com vistas a subsidiar o processo de alocação de recursos públicos, a política de gastos e a coordenação das ações do governo;

IV. assegurar que as unidades administrativas responsáveis pela execução dos programas, projetos e atividades da Administração



Pública Federal mantenham rotinas de acompanhamento e avaliação da sua programação [...].

- Instrução Normativa SLTI nº 04, de 11 de setembro de 2014, dispõe sobre o processo de contratação de serviços de tecnologia da informação pela Administração.
  - ▶ Art. 4º As contratações de que trata essa IN deverão ser precedidas de planejamento, elaborado em harmonia com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).

## 5. Princípios e diretrizes

A seguir, são apresentados os princípios e as diretrizes que balizarão a elaboração do PDTI da FCRB.

Os princípios e diretrizes representam as estratégias relevantes com as quais a área de TIC deve se alinhar.

Os princípios e diretrizes devem ser observados e seguidos durante toda a elaboração do PDTI, pois são eles que permearão todas as decisões ao longo do processo de elaboração e execução do Plano.

O alinhamento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação com o Plano de Ação da Fundação Casa de Rui Barbosa é um fator primordial para que as ações descritas no PDTI possam ser implementadas, visando ao atendimento das metas e objetivos institucionais da FCRB, estabelecidos pelo PPA e PNC, e às determinações e orientações governamentais no campo das tecnologias de informação, em conformidade com as Instruções Normativas e Leis da APF e as estabelecidas pela Estratégia de Governança Digital da Administração Federal (2016-2019) [Decreto no. 8.638 15/01/2016].



## Fontes

	Fontes
F01	Comitê Brasileiro (CB-40) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)
F02	Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2007
F03	Decreto de nº 7.724, de 16 de maio de 2012
F04	Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009
F05	Decreto nº 3.505, de 13 de junho de 2000
F06	Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011
F07	Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004
F08	EGD – Estratégia de Governança Digital da Administração Federal (2016-2019)
F09	Guia Comitê de TI do SISP   Versão 2.0
F10	Guia de Processo de <i>software</i> para o SISP versão1.0
F11	Guia Prático para Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação MPOG – SLTI
F12	Instrução Normativa MP/SLTI nº 4, de 12 de novembro de 2010
F13	Instrução Normativa nº 2, de 12 de janeiro de 2015
F14	Instrução Normativa nº 4, de 11 de setembro de 2014
F15	Instrução Normativa nº 4, de 12 de abril de 2012
F16	Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000
F17	Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011
F18	Portaria MP-STI nº 20, de 14 de junho de 2016
F19	Portaria nº 3, de 7 de maio de 2007
F20	Portaria nº 92, de 24 de dezembro de 2014 SLTI
F21	Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016

## Princípios

Princípio é a razão fundamental, o elemento central ou, ainda, a base sobre a qual se assenta qualquer matéria ou tema. Constituem proposições estruturantes para determinado fim (padrões de conduta). No contexto do presente PDTI, foram adotados os princípios descritos no Decreto nº 8.638 15/01/2016. São eles:

ID	Princípios	Fontes
P01	Foco nas necessidades da sociedade	Decreto nº 8.638 de 2016
P02	Abertura e transparência	EGD – Estratégia de Governança Digital da Administração Federal (2016-2019)
P03	Compartilhamento da capacidade de serviço	
P04	Simplicidade	



P05	Priorização de serviços públicos disponibilizados em meio digital
P06	Segurança e privacidade
P07	Participação e controle social
P08	Governo como plataforma
P09	Inovação

### Diretrizes

Diretrizes são linhas que definem e regulam o caminho a ser trilhado. De um ponto de vista mais prático, são instruções ou indicações para se estabelecer o plano e as ações necessárias para se alcançar os objetivos do PDTI.

ID	Diretrizes	ID Princípios	Fontes
D01	Buscar excelência, inovação e criatividade na gestão.	P01 P02 P03 P04 P05 P06 P07 P08 P09	F08 F09 F12 F21
D02	Estudar, gerir, incentivar e manter políticas públicas por meios eletrônicos.	P01 P02 P05	F08 F15
D03	Garantir que as propostas orçamentárias de TIC sejam elaboradas com base em planejamento e alinhadas com os objetivos estratégicos da FCRB.	P01 P02 P04 P09	F08 F09 F11 F13 F14 F18
D04	Investir no aumento da produtividade e otimização dos recursos de TIC, inclusive buscando a melhoria contínua da sua infraestrutura.	P01 P02 P03 P04 P05 P06 P07 P08 P09	F06 F08 F15



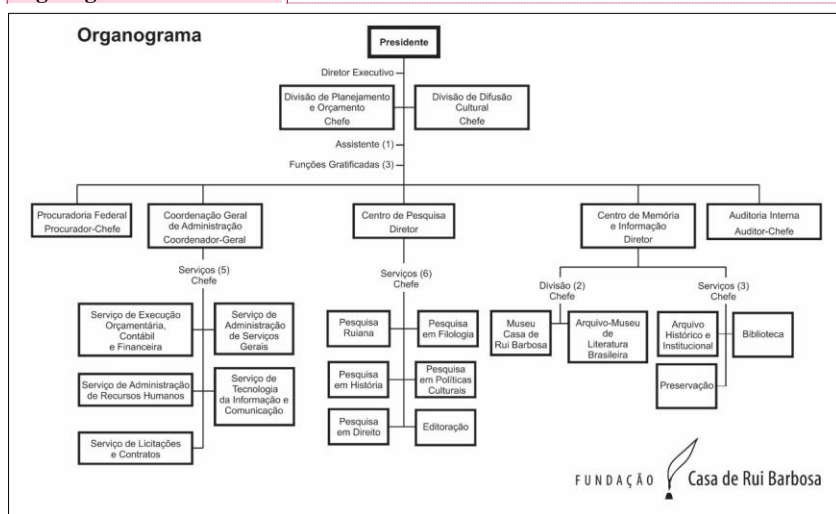
D05	Promover a governança de TIC.	P01 P07	F08 F09 F13 F14
D06	Promover a melhoria dos sistemas de informação.	P05 P07 P09	F08 F10 F15 F21
D07	Estimular a adoção de metodologia de desenvolvimento de sistemas, procurando assegurar padronização, integridade e segurança.	P02 P03 P04 P05 P06 P08 P09	F08 F10
D08	Garantir a disponibilidade e a integridade da informação.	P02 P06	F05 F08 F21
D09	Garantir a segurança da informação e da comunicação.	P06	F05 F08
D10	Manter os processos internos de TIC mapeados, formalizados, mensurados e otimizados.	P01 P02 P03 P04 P05 P06	F08 F09 F11 F13 F14
D11	Promover a capacitação e o aprimoramento da equipe de TIC.	P01 P09	F08 F09
D12	Promover o atendimento às normas de acessibilidade (e-MAG), transparência e interoperabilidade do governo eletrônico (e-PING), incluindo padrões de governança.	P01 P02 P07	F01 F02 F03 F04 F07 F08 F12 F15 F16 F17 F18 F20 F21
D13	Adotar, sempre que possível, padrões abertos e <i>software</i> livre no desenvolvimento de tecnologia da informação e comunicação.	P01 P08 P09	F08 F10 F15 F21
D14	Aprimorar as mídias sociais e demais canais de comunicação institucional de forma organizada e estratégica.	P02 P07	F08



D15	Buscar a integração com os sistemas de gestão governamental.	P03 P05 P08	F08 F15
-----	--	-------------------	------------

## 6. Organização da TIC

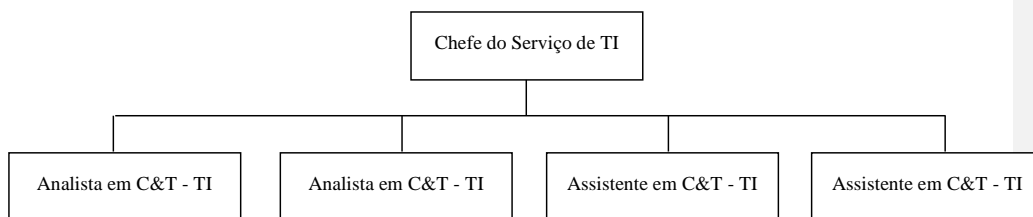
### Organograma institucional



Comentado [BA1]: VER FORMATAÇÃO DO ORGANOGAMA NA PÁGINA.

### Organograma de TIC

Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC) possui quatro servidores efetivos com a seguinte composição:



### Atividades desenvolvidas pela TIC

- Gerenciamento dos recursos da rede de computadores
- Suporte a *software* e equipamentos de informática alocados na FCRB
- Responder por processos de manutenção de equipamentos de informática e comunicação da FCRB
- Suporte a todos os servidores/colaboradores na solução de problemas de TI
- *Backup*
- Gestão dos seguintes contratos:
  - Telefonia fixa local
  - Telefonia fixa DDD e DDI
  - Telefonia móvel e 3G
  - *Data center*/serviço de correio eletrônico
  - *Streaming*/videoconferência
  - PABX
  - Portal
  - *Outsourcing* de impressão
  - Suporte Tecnológico
- Manutenção dos sistemas de TIC
- Desenvolvimento de soluções de TIC
- Participação do comitê para instalação do PEN
- Participação no Comitê do Programa de Qualidade de Vida
- Participação no Grupo de Trabalho de TIC
- Fiscalização técnica nos contratos de tecnologia da informação
- Cadastramento para controle de acesso de pessoas às dependências da FCRB

### Inventário dos recursos de TIC

O inventário dos recursos de TIC está implementado, mantido e atualizado por meio da adoção de aplicações de *software* livre que permitem o seu registro de localização, apesar da necessidade de alinhamento com o *software* de controle de patrimônio como instrumento de validação das informações apresentadas, e de complementação dos ativos não alcançados pela detecção dos ativos existentes.

### Comitês criados

Comitê	Finalidades	Legislação
Comissão de Elaboração do Plano Diretor da Tecnologia	Elaborar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e	Portaria nº 100, de 9 de





da Informação e da FCRB	Comunicação (PDTIC) de 2017 a 2019.	dezembro de 2016.
Comitê de Tecnologia da Informação	Promove o uso estratégico da informação na organização, direcionando, monitorando e avaliando a gestão de TI, para que esteja harmonizado com os objetivos organizacionais.	Portaria nº 102, de 13 de dezembro de 2016

## 7. Resultado do PDTIC anterior

Os membros do grupo que se dedicaram ao item 7, optaram por analisar o documento do PDTI anterior (de 2013-2015) individualmente, identificando as necessidades apontadas que foram atendidas, as que não foram, e, neste último caso, verificaram os motivos e fatores que influenciaram esse resultado. E por fim, identificaram a relação das necessidades com o cenário institucional e sua adequação. Do mesmo modo, cada membro individualmente analisou quais pontos são necessários para que a FCRB possa suprir as necessidades que são colocadas como novas.

Após a análise individual, o grupo se reuniu para deliberar sobre os diferentes itens pertinentes à análise do PDTIC anterior e produziu uma versão preliminar do relatório final. Os membros do grupo continuaram o trabalho de redação por meio de envio de mensagens eletrônicas. O trabalho foi pautado na bibliografia selecionada e em experiências bem-sucedidas de outras instituições.

Visando sistematizar os resultados do trabalho realizado, foi elaborado o quadro abaixo:



### **Necessidades cumpridas**

---

Política de segurança da informação.

---

Sistema de acompanhamento de processo.

---

Sistema de gestão de contratos.

---

Manter cópia das bases de dados em local diferente dos servidores hospedados.

---

Garantir a infraestrutura de *hardware* e *software* necessários às atividades dos departamentos.

---

Divulgação dos serviços oferecidos pela TIC na intranet.

---

Transmitir ao vivo pela internet eventos realizados na sala de cursos e no auditório.

---

Disponibilizar via *web* o *Vocabulário histórico-cronológico do português medieval*.

---

Procedimento para divulgação de conteúdo de pesquisas no portal da FCRB.

---

Atualização e regularização das licenças dos *softwares* utilizados pela a FCRB.

---

Sistema de protocolo e processo administrativo eletrônico, contendo certificação digital.

---

Sistemas de controle de contratos, convênios e licitações.

---

Equipamento de digitalização de documentos em grande escala e disponibilização dos documentos digitalizados na rede.

---

Ferramenta para comunicação e acesso a conteúdos da AGU (Lync).

---

Política de cópia de segurança (*backup*) interna dos da FCRB.

---

Implantar sistema de *helpdesk*.

---

Sistema para controle do inventário de TIC.

---

Fazer a gestão dos contratos de TIC.

---

Capacitar equipe TIC.

---

Sistema multimídia para a sala do curso de mestrado.

---



**Necessidades não cumpridas**

<b>Necessidade</b>	<b>Motivo</b>	<b>Fatores</b>	<b>Realistas e Adequadas</b>
Sistema de planejamento e orçamento com interface com o SIAFI (extração de dados do SIAFI).	Falta de mão de obra especializada em desenvolvimento de processos de intercomunicação entre sistemas de TIC.	Complexidade do Sistema SIAFI.	Sim.
Sistema de gestão de recursos humanos com interface com o SIAPE (extração de dados do SIAPE).	Falta de mão de obra especializada em desenvolvimento de processos de intercomunicação entre sistemas de TIC.	Complexidade do Sistema SIAPE.	Sim.
Sistema de controle de patrimônio.	Mão de obra especializada insuficiente.	Excesso de demanda da instituição para a área de TIC.	Sim.
Sistema de controle de almoxarifado.	Mão de obra especializada insuficiente.	Excesso de demanda da instituição para a área de TIC.	Sim.
Realizar consultoria na área de TIC sobre sistemas arquivísticos e de gestão de objetos digitais	Problema de identificação da demanda.	Carência de pessoal na área de TIC para dedicação exclusiva ao projeto; falta de infraestrutura de TIC.	Sim.
Loja virtual para venda de livro pela internet.	Por não estar em conformidade com os requisitos de pagamento a instituições públicas.	Legislação vigente.	Não.
Sistema de controle de inscrição em cursos divulgados no portal.	Mão de obra especializada insuficiente.	Excesso de demanda da instituição para a área de TIC.	Sim.
Sistema de controle de acesso ao museu e à sala de acervo no prédio-sede.	Parcialmente, pois o museu não foi contemplado	Impedimento técnico.	Realista e adequado ao prédio-sede e não realista e inadequado ao museu.
Mapear e modelar os processos de TIC.	Mão de obra especializada insuficiente.	Excesso de demanda da instituição para a área de TIC.	Sim.



Ter gestão de risco de TIC.	Mão de obra especializada insuficiente.	Excesso de demanda da instituição para a área de TIC.	Sim.
Ampliar a equipe de informática, contratar novos recursos com o perfil de analista de sistemas, desenvolvedor e administrador de banco de dados (DBA)	Vagas insuficientes para a demanda da instituição.	A demanda da instituição não foi atendida pelo Ministério do Planejamento.	Sim.
Sistema informatizado com interface <i>web</i> para a inscrição dos candidatos ao Curso de Mestrado.	Mão de obra especializada insuficiente.	Excesso de demanda da instituição para a área de TIC.	Sim.

## 8. Referencial estratégico de TIC

### 8.1. Missão da FCRB

A missão da FCRB foi validada no planejamento estratégico realizado de forma sistemática pelo Ministério da Cultura e suas vinculadas no primeiro semestre de 2013.

**SER REFERÊNCIA NACIONAL E INTERNACIONAL COMO INSTITUIÇÃO DE PRODUÇÃO E DIFUSÃO DE CONHECIMENTO NAS ÁREAS DA CULTURA E POLÍTICAS CULTURAIS E DE PRESERVAÇÃO E ACESSO AO PATRIMÔNIO E ACERVOS.**

### 8.2. Competência regimental

Ao Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação compete:

- Realizar estudos prospectivos e propor o uso de novas tecnologias de informação e comunicação (TIC)
- Propor ações de padronização e normatização para o uso e manutenção dos recursos de informática.
- Executar e controlar o processo de especificação, desenvolvimento e manutenção dos sistemas de informática da FCRB
- Controlar bens e recursos tecnológicos da FCRB
- Especificar e acompanhar a aquisição de recursos de informática



- Administrar a utilização de recursos e serviços da rede corporativa da FCRB
- Prestar suporte básico ao uso de *hardware*, *software* e serviços aos usuários
- Administrar, controlar e fiscalizar os serviços de tecnologia da informação e comunicação (TIC)
- Executar demais atividades correlatas

### 8.3. Visão

- Vinculação da área de TI diretamente à Presidência devido ao seu papel cada vez mais estratégico na instituição
- Ampliação da área de TI, contemplando subáreas específicas, tais como desenvolvimento, administração de banco de dados, administração de rede, suporte técnico, gestão de riscos e segurança da informação

### 8.4. Valores

- Ética
- Controle
- Inovação
- Comprometimento
- Transparência

### 8.5. Objetivos Estratégicos

- Propor novas tecnologias de informação e comunicação (TIC)
- Propor racionalização e otimização dos recursos e serviços de informática
- Controlar, gerenciar e manter sistemas de informática da FCRB
- Controlar bens e recursos tecnológicos da FCRB
- Administrar a utilização de recursos e serviços da rede corporativa da FCRB
- Prestar suporte ao uso de *hardware* e *software*
- Executar demais atividades correlatas

### 8.6. Análise de SWOT

O entendimento do ambiente onde a área de TI opera é fundamental para o planejamento das metas e ações futuras.

Desse modo, foi realizada uma análise do cenário atual da área de TI da FCRB a partir da técnica SWOT, identificando as forças (*strengths*) e as fraquezas (*weaknesses*)



atuais dos processos internos da área de TI, bem como as oportunidades (*opportunities*) decorrentes de fatores favoráveis verificados no ambiente onde a área de TI opera, e as ameaças (*threats*) decorrentes de fatores desfavoráveis do ambiente externo.

Forças	Fraquezas
Comprometimento da atual equipe.	Quantitativo insuficiente.
Equipe qualificada.	Falta de especialistas em algumas áreas de TI.
Apoio da Alta Direção.	Falta de disponibilização orçamentária.
Maior engajamento dos requisitantes para acompanhar e implementar as necessidades.	Impossibilidade atual de novas contratações por meio de concurso público.
Aquisição de equipamentos com garantia estendida em consonância com os critérios de atualização do parque tecnológico da Fundação.	Escassez de processos e metodologias bem definidos.
Melhoria da credibilidade da TI no âmbito das áreas finalísticas e de gestão.	Nível incipiente de maturidade da política de segurança da informação e comunicações (POSIC) da instituição.

Oportunidades	Ameaças
Reconhecimento da TI como área estratégica pela Administração Pública Federal.	Contingenciamento e cortes orçamentários.
Disponibilidade de diretrizes, normas, padrões e melhores práticas em governança de TI para órgãos públicos pela SLTI/MP.	Possibilidade de mudança de diretrizes políticas econômicas e legislativas, capazes de interromper, afetar ou descontinuar demandas em execução.
Recomendações de aprimoramento de TI por parte dos órgãos de controle.	Política insuficiente de ampliação e reposição do quadro de pessoal, no caso de perdas com aposentadoria, entre outros.
Oferta de capacitação de servidores por entidades públicas.	Surgimento de demandas não programadas.
Possibilidade de uso de soluções disponíveis no portal do <i>software</i> público.	Demora na tramitação de processos de contratações e compras.
Possibilidade de desenvolvimento de projetos de cooperação científico-tecnológica com outros órgãos públicos.	Dependência de fornecedores de produtos e serviços.
Reengenharia da área de TI.	Aumento exponencial da demanda da instituição.



## 9. Alinhamento com a estratégia da organização

As dinâmicas apresentadas pelas necessidades públicas fazem com que as instituições aprimorem seus processos gerenciais em um ritmo acelerado. Portanto, é de suma importância que os objetivos setoriais estejam alinhados com os objetivos estratégicos da instituição, sob pena de perder o norte da sua missão. Atualmente, a tecnologia e a informação são as bases dos processos gerenciais presentes nos diversos níveis organizacionais, e uma das ferramentas institucionais para o alcance dos objetivos é o Plano Diretor de Tecnologia de Informação (PDTI).

O alinhamento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação com os objetivos estratégicos da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) é condição *sine qua non* para que as ações expressas no PDTI estejam em direção ao alcance das metas institucionais.

Os princípios e diretrizes para o triênio foram obtidos por meio da consulta aos documentos de planejamento da FCRB, considerando as metas estabelecidas abaixo.

Pelo Ministério da Cultura (MinC):

- 149 – Preservar, tratar e difundir acervos, arquivísticos, bibliográficos e museológicos que compõe o patrimônio cultural brasileiro
- 150 – Recuperar e ampliar espaço para a guarda de acervos bibliográficos, arquivísticos e museológicos
- 152 – Produzir, fomentar e difundir estudos e pesquisas sobre a cultura brasileira
- Produzir, preservar e difundir conhecimento constitutivo da cultura brasileira e fortalecer as políticas de cultura e educação e de formação artística e cultural

Pela Lei do Orçamento Anual (LOA):

- LOA – 20 ZM Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural
- LOA – 20 ZH Preservação de Bens e Acervos Culturais



- LOA – Processo Eletrônico Nacional – Sistema Eletrônico de Informação. Implantação do projeto “PenSei Digital”

Pelo Plano Plurianual (PPA):

- 0788 – Produzir e difundir pesquisas e conhecimento constitutivo da cultura brasileira e desenvolver política nacional de integração entre cultura e educação
- 0783 – Preservar, identificar, proteger e promover o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade.
- 0784 – Promover o direito à memória dos cidadãos brasileiros, preservando, ampliando e difundindo os acervos museológicos, bibliográficos, documentais e arquivísticos, apoiando a modernização e expansão de suas instituições, redes, unidades e serviços.

Pelo Plano Nacional de Cultura (PNC):

- 40A – Disponibilização na internet / Número total das obras de autores brasileiros do acervo, referente às obras que estejam em domínio público ou com licença para digitalização e colocação à disposição do público

Objetivos estratégicos da FCRB:

- Produção e difusão de conhecimento
- Formação e qualificação nas áreas de conhecimento cultural
- Prevenção, revitalização, restauração e ampliação do conjunto arquitetônico da FCRB
- Acesso digital aos acervos bibliográfico e arquivístico

No âmbito da FCRB, a tecnologia da informação é papel estratégico, se traduzindo em elemento essencial para o desenvolvimento institucional, permeando praticamente todas as atividades da Casa, em função de sua natureza transversal, que presta suporte tecnológico e de





comunicação a todas as unidades da organização, conduzindo a instituição ao alcance de seus objetivos estratégicos.

## **10. Inventário das necessidades**

---

### **10.1. Plano de levantamento das necessidades**

Inicialmente, como estratégia, aproveitando que o grupo foi composto por servidores de todas as áreas, foi definido que os representantes da Presidência, Administração, Centro de Pesquisa e Centro de Memória e Informação fossem responsáveis pelo levantamento das demandas de suas respectivas áreas.

A estratégia escolhida alcançou o resultado esperado, sem nenhuma intercorrência.

Neste inventário foram assim identificadas as necessidades de TI alinhadas à estratégia da FCRB com suas prioridades, bem como os requisitantes das demandas e as partes envolvidas. Foram também levantadas soluções já implementadas e as atuais situações. A partir daí, foram definidos os prazos, criticidade e impacto.

### **10.2. Critérios de priorização**

- Nível de risco para a ação diretamente relacionado à atividade a ponto de inviabilizar os resultados
- Nível de risco para a ação diretamente relacionado à atividade a ponto de comprometer os resultados
- Capacidade de melhorar os resultados



### 10.3. Necessidades Identificadas

Prioridade	ID	Necessidade	Requisitante de Serviço	Partes Envolvidas	Solução Atual	Situação	Estratégia Relacionada	Criticidade	Impacto	Prazo
16	N01	Revisão e atualização da Política de Segurança da Informação.	Diretoria Administrativa	Presidência, CGA, CP e CMI	POSIC elaborada.	POSIC elaborada em 2015.	D09 - Garantir a segurança da informação e comunicações.	2	2	2019
23	N02	Sistema de Planejamento e Orçamento com interface com o SIAFI (extração de dados do SIAFI).	Diretoria Administrativa	CGA e Presidência	Existe uma planilha Excel.	O trabalho é realizado manualmente com auxílio de planilhas.	P03 - Compartilhamento da capacidade de serviço.	3	3	2019
20	N03	Treinamento para extração de dados do SIAPE.	SARH	Presidência, CGA	Existem planilhas Excel.	O trabalho é realizado manualmente com auxílio de planilhas.	Formação e qualificação nas áreas de conhecimento cultural	3	3	2019



12	N04	Sistema de controle de patrimônio.	Diretoria Administrativa	Presidência, CGA	O controle é feito em base de dados criada em Dbase III e relatórios em Access.	O trabalho é realizado manualmente com auxílio do Dbase III e Access.	Ampliar e qualificar o acesso da população brasileira a bens e serviços culturais	4	5	2019
17	N05	Sistema de controle de almoxarifado.	Diretoria Administrativa	CGA	Existem planilhas Excel.	O trabalho é realizado manualmente com auxílio de planilhas.	D01 - Buscar excelência, inovação e criatividade na gestão	3	4	2019
3	N06	Garantia da infraestrutura de <i>hardware</i> e <i>software</i> necessários às atividades dos departamentos.	Diretoria Administrativa	CGA, CMI e CP	Anualmente faz-se um levantamento das demandas de <i>hardware</i> e <i>software</i> de todos os setores.	<i>Softwares</i> atualizados, parque computacional renovado	0784 - Promover o direito à memória dos cidadãos brasileiros, preservando, ampliando e difundindo os acervos museológicos, bibliográficos, documentais e arquivístico, apoiando a modernização e expansão de suas instituições, redes, unidades e serviços.	5	5	2019
18	N07	Manutenção da transmissão ao vivo pela internet de eventos realizados na sala de cursos e no auditório.	DDC	DDC e CGA	Empresa contratada para disponibilização do serviço.	Serviço disponível.	Projeto estratégico FCRB -- cultura e educação.	2	3	2019



30	N08	Sistema de controle de inscrição em seminários/eventos divulgados no portal.	CP e CMI	CP, CMI e Mestrado	Realizado manualmente.	Não há.	Projeto estratégico FCRB – cultura e educação.	3	5	2019
13	N09	Sistemas de gestão de contratos, convênios e licitações.	Diretoria Administrativa	CGA	Planilha Excel.	Em desenvolvimento.	D01 – Buscar excelência, inovação e criatividade na gestão.	5	5	2019
11	N10	Manutenção do sistema de comando e controle.	Diretoria Administrativa	Presidência, CGA e CMI	Sistema de Comando e Controle.	Necessidade de contratação de empresa especializada na manutenção do Sistema de Comando e Controle.	0783 – Preservar, identificar, proteger e promover o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade.	5	5	2019
02	N11	Implantação do Processo Eletrônico Nacional.	Diretoria Executiva e CMI	Presidência, CGA, CMI e CP	PenSei Digital.	Sistema implantado em fase de testes.	Processo Eletrônico Nacional – PEN – Decreto nº 8.539.	5	5	2017



01	N12	Manutenção e atualização da política de cópia de segurança ( <i>backup</i> ) interna da FCRB.	CGA	CGA	Bacula.	Implantado.	PPA 0784 – Promover o direito à memória dos cidadãos brasileiros, preservando, ampliando e difundindo os acervos museológicos, bibliográficos, documentais e arquivístico, apoiando a modernização e expansão de suas instituições, redes, unidades e serviços.	5	5	2019
14	N13	Política de preservação digital.	CMI	CMI, CGA	Não há.	Fase de estudo.	PPA 0784 – Promover o direito à memória dos cidadãos brasileiros, preservando, ampliando e difundindo os acervos museológicos, bibliográficos, documentais e arquivístico, apoiando a modernização e expansão de suas instituições, redes, unidades e serviços.	5	5	2019
31	N14	Migração do sistema de <i>helpdesk</i> .	CGA	CGA	Sistema de <i>helpdesk</i> implantado através de uma empresa.	Migração para um sistema de <i>helpdesk</i> com <i>software</i> livre.	D10 – Manter os processos internos de TIC mapeados, formalizados, mensurados e otimizados.	2	2	2019
28	N15	Manutenção do sistema de controle do inventário de TI.	CGA	CGA	OCS com GLPI.	Implantado	D10 – Manter os processos internos de TIC mapeados, formalizados, mensurados e otimizados.	3	3	2019



19	N16	Capacitação da equipe de TIC.	CGA	CGA	Servidores sendo capacitados.	Novos cursos sendo requisitados.	D11 – Promover capacitação e aprimoramento da equipe de TIC.	4	4	2019
21	N17	Ampliação da equipe de informática.	CGA	Presidência, CGA	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de suporte à equipe de gestão de infraestrutura tecnológica.	Equipe reduzida.	D04 – Investir no aumento da produtividade e otimização dos recursos de TIC, inclusive buscando a melhoria contínua da sua infraestrutura.	5	5	2019
04	N18	Melhoria da infraestrutura de rede corporativa.	CGA	CGA	Cabeamento estruturado.	Projeto WIFI em desenvolvimento.	D06 – Promover a melhoria dos sistemas de informação.	3	4	2019
24	N19	Implantação de <i>data center</i> local.	Diretoria Executiva	CGA	Serviço de <i>data center</i> contratado com empresa especializada.	Previsão de implantação de <i>data center</i> no prédio-sede da FCRB	D04 – Investir no aumento da produtividade e otimização dos recursos de TIC, inclusive buscando a melhoria contínua da sua infraestrutura.	2	2	2019



25	N20	Implantação de dados abertos.	Diretoria Executiva	Presidência, CGA, CMI e CP	Plano aprovado.	Comissão criada para tratar desse assunto.	PPA 0784 – Promover o direito à memória dos cidadãos brasileiros, preservando, ampliando e difundindo os acervos museológicos, bibliográficos, documentais e arquivístico, apoiando a modernização e expansão de suas instituições, redes, unidades e serviços.	4	4	2019
06	N21	Adequação das instalações físicas do CPD.	CGA	CGA	CPD com falhas de implantação.	Planejamento para melhorias no CPD.	D04 – Investir no aumento da produtividade e otimização dos recursos de TIC, inclusive buscando a melhoria contínua da sua infraestrutura.	3	3	2019
26	N22	Agilizar o processo de avaliação do corpo funcional da FCRB tornando-o sustentável com a redução do uso de papel.	CGA	CGA	Preenchimento manual.	Excessivo volume de papel.	D01– Buscar excelência, inovação e criatividade na gestão.	3	2	2019
32	N23	Melhoria do controle de acesso de visitante e arrecadação de ingressos do Museu Casa de Rui Barbosa	CMI	CMI	Planilha em Excel e controle manual de arrecadação.	Sem sistema.	D07 – Estimular a adoção de metodologia de desenvolvimento de sistemas, procurando assegurar padronização, integridade e segurança.	4	4	2019



07	N24	Disponibilização do acervo da FCRB via <i>web</i> .	CMI	CMI	Equipamentos de digitalização adquiridos.	Digitalização em andamento.	Projeto estratégico FCRB – acessibilidade e gestão digitais.	5	5	2019
29	N25	Diversificar a linguagem visual com a disponibilização de exposições virtuais e outras informações referentes ao MCRB.	CMI	CMI	Equipamentos inoperantes.	Equipamentos obsoletos.	PPA 0784 – Promover o direito à memória dos cidadãos brasileiros, preservando, ampliando e difundindo os acervos museológicos, bibliográficos, documentais e arquivístico, apoiando a modernização e expansão de suas instituições, redes, unidades e serviços.	2	3	2019
22	N26	Melhoria do controle do estoque das publicações da Editoração.	CP	CP e CGA	Não há.	Controle feito por meio de planilha eletrônica.	D07 – Estimular a adoção de metodologia de desenvolvimento de sistemas, procurando assegurar padronização, integridade e segurança.	4	3	2019
05	N27	Melhoria dos sistemas de comunicação institucional.	ASSCOM	Presidência, CGA, CMI e CP	Mídias sociais, <i>site</i> e intranet.	<i>Site</i> e intranet ultrapassados.	D14 – Aprimorar as mídias sociais e demais canais de comunicação institucional de forma organizada e estratégica.	5	5	2019





15	N28	Informatizar a gestão de informações acadêmicas para cursos de pós-graduação.	PPGMA	PPGMA	Não há.	Proposta para aquisição de <i>software</i> através de compra ou acordo de cooperação.	D07 – Estimular a adoção de metodologia de desenvolvimento de sistemas, procurando assegurar padronização, integridade e segurança.	3	3	2019
27	N29	Informatizar o controle dos eventos realizados pela DDC.	DDC	DDC e CGA	Feito manualmente.	Planejamento para desenvolvimento do sistema com geração de relatórios e estatísticas de acesso via <i>streaming</i> .	D07 – Estimular a adoção de metodologia de desenvolvimento de sistemas, procurando assegurar padronização, integridade e segurança.	3	3	2019
08	N30	Definição de <i>softwares</i> arquivísticos para preservação digital e de ferramenta tecnológica para a disponibilização de informações do acervo arquivístico da Fundação Casa de Rui Barbosa.	CMI	CMI	Não há.	Análise e planejamento. contratação e manutenção de serviços.	Projeto estratégico FCRB – acessibilidade e gestão digitais.	4	4	2019
09	N31	Sistema de gestão de informações referenciais dos acervos bibliográficos e de preservação da FCRB.	CMI	CMI e CGA	Sistema integrado em uso e preparo de certames para aquisição/manutenção de <i>softwares</i> segundo a natureza das áreas.	Manutenção do <i>software</i> em uso	0784 – Promover o direito à memória dos cidadãos brasileiros, preservando, ampliando e difundindo os acervos museológicos, bibliográficos, documentais e arquivístico, apoiando a modernização e expansão de suas instituições, redes, unidades e serviços.	1	1	2018



10	N32	Sistema de gestão de informações referenciais dos acervos museológicos e de preservação da FCRB.	CMI	CMI e CGA	Sistema integrado em uso e preparo de certames para aquisição/manutenção de <i>softwares</i> segundo a natureza das áreas.	Manutenção do <i>software</i> em uso.	0784 – Promover o direito à memória dos cidadãos brasileiros, preservando, ampliando e difundindo os acervos museológicos, bibliográficos, documentais e arquivístico, apoiando a modernização e expansão de suas instituições, redes, unidades e serviços.	1	1	2018
33	N33	Mapeamento e modelagem dos processos de TI.	STIC	STIC	Não há.	Não há.	D10 – Manter os processos internos de TIC mapeados, formalizados, mensurados e otimizados.	3	3	2019



## 11. Capacidade estimada de execução da TIC

A FCRB executa internamente as principais operações de TIC sem depender de serviços terceirizados. No entanto, devido aos poucos recursos (pessoal, orçamento e estrutura) disponíveis, adotou a estratégia de ter parte de sua infraestrutura hospedada em *data center* contratado. Tal medida foi uma forma de melhorar a disponibilidade dos serviços, uma vez que a instituição não detinha os meios necessários para tanto. Apesar de a situação de dependência gerada a partir desse modelo ser menos crítica do que a anterior, implica na necessidade de se planejar a instalação de um *data center* interno capaz de suportar toda a estrutura que a casa demanda. Assim, o projeto de construção do novo prédio de guarda e tratamento de acervo foi modificado em 2015 para incluir essas instalações.

Apesar da limitação da estrutura física, do reduzido número da equipe de TIC e dos escassos recursos orçamentários e financeiros, a equipe que compõe o Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC) da FCRB tem desenvolvido novos projetos e atividades.

O plano de metas e ações (item 12) considerou essas variáveis, a fim de estabelecer alvos que possam ser atingidos no período de vigência do PDTIC.

Diante das necessidades elencadas no item 10 e da priorização realizada, percebe-se que a força de trabalho da STIC canaliza seus esforços a fim de aperfeiçoar a gestão de TIC, sempre em consonância com o plano de ação institucional da FCRB.

Atualmente, a STIC conta com uma equipe composta por cinco servidores do quadro efetivo específico e um estagiário, e com os seguintes recursos para executar todas as demandas de TIC da FCRB:



### Processos de gerenciamento

Processo de gerenciamento	Infraestrutura	Método
<i>Backup</i>	Bacula	Contingenciamento para recuperação de dados.
Monitoramento da rede	Zabbix	Análise e resposta a incidentes dos ativos de rede.
Sistema para atendimento de usuários.	Sistema de <i>helpdesk</i>	Acompanhamento das solicitações de usuários.
Documentação de TIC	GLPI	Documentar procedimentos e ações de TI.
Levantamento de ativos de TI (tangíveis e intangíveis).	OCS Inventory	Coleta, por meio de agente nos computadores, das informações de <i>hardware</i> e <i>software</i> .
Previsibilidade para aquisição de novas estações de trabalho.	GLPI	Integração com OCS Inventory para importação dos dados coletados pelo agente. Inserção de data de aquisição do ativo de TI e com período de garantia.
Ferramenta de gerenciamento de projetos de TI.	GLPI	Inserção e acompanhamento dos projetos da área de TI.

### Infraestrutura

Descrição	Quantidade	Status
Servidores de rede físicos	11	Hospedados na FCRB.
Servidores de rede físicos	7	Hospedados no <i>data center</i> contratado.
Servidores de rede virtuais	8	Hospedados na FCRB.
Servidores de rede virtuais	3	Hospedados no <i>data center</i> contratado.
Estações de trabalho	240	Distribuídas em todos os setores da FCRB.



Serviço de <i>outsourcing</i> de impressão	6	Contrato ativo podendo ser renovado até dez/2019.
Impressoras pessoais	30	Instaladas em alguns setores críticos.
Média de chamados mensais no <i>helpdesk</i>	100	Todo atendimento é realizado por meio dos chamados.
Gestão de contratos	9	Está distribuída por toda a equipe de TIC.



## 12. Plano de Metas e Ações

As necessidades a seguir estão listadas por ordem de prioridades estabelecida pela Diretoria, conforme planilha das necessidades identificadas.

Necessidade: N12			
Manutenção e atualização da política de cópia de segurança ( <i>backup</i> ) interna da FCRB			
Ações	Responsáveis	Metas	Previsão orçamentária
M01.1 – Atualizar política de <i>backup</i> interno da FCRB.	STIC	M01 – Backup realizado.	Não há custo.
M01.2 – Incluir novos sistemas na política de <i>backup</i> .	STIC		
M01.3 – Monitorar os <i>backups</i> realizados pela empresa que hospeda alguns servidores.	STIC		
M01.4 – Testar a recuperação dos <i>backups</i> .	STIC		

Necessidade: N11			
Implantação do Processo Eletrônico Nacional			
Ações	Responsáveis	Metas	Previsão orçamentária
M01.1 – Implantar sistema.	GT	M01 – Processo eletrônico Nacional implantado.	Não há custo.
M01.2 – Testar sistema.	GT		
M01.3 – Treinar servidores.	GT		
M02.1 – Contratar empresa para digitalização dos processos em andamento.	CGA	M02 – Processos em andamento digitalizados e importados	R\$ 17.550,00 Já realizada.
M02.2 – Digitalizar processos em andamento.	Empresa contratada		
M02.3 – Importar Processos digitalizados para o PenSei Digital.	GT		
M03.1 – Criar e atualizar processos no sistema.	FCRB	M03 – Processos novos criados e atualizados eletronicamente.	Não há custo.

Necessidade: N06			
Garantia da infraestrutura de <i>hardware</i> e <i>software</i> necessários às atividades dos departamentos			
Ações	Responsáveis	Metas	Previsão orçamentária
M01.1 – Levantar demandas das áreas	STIC	M01 – <i>softwares</i> e <i>hardwares</i> atualizados.	R\$ 200.000,00 Anual.
M01.2 – Aprovar demandas	Comitê Gestor de Governança		
M01.3 – Adquirir <i>softwares</i> e <i>hardwares</i> com licenças e manutenção	STIC		

Necessidade: N18			
Melhoria da infraestrutura de rede corporativa			
Ações	Responsáveis	Metas	Previsão orçamentária
M01.1 – Atualizar as informações do sistema de inventário.	STIC	M01 – Inventário de TI controlado.	Não há custo.
M01.2 – Emitir relatórios do inventário.	STIC		
M02.1 – Mapear e executar as demandas de cabeamento estruturado.	STIC	M02 – Instalação e manutenção de infraestrutura de rede local e rede sem fio de toda a FCRB.	R\$ 120.000,00
M02.2 – Levantar demandas para ampliação e melhoria da rede sem fio.	STIC		
M02.3 – Executar projeto de ampliação de rede sem fio.	STIC		

Necessidade: N27			
Melhoria dos sistemas de comunicação institucional			
Ações	Responsáveis	Metas	Previsão orçamentária
M01.1 – Diagnosticar as diferentes formas de comunicação interna.	CGA/Arquivo/ASSCOM/STI C	M01 – Procedimentos de comunicação interna normatizados.	Não há custo.
M01.2 – Elaborar manual de procedimentos de processo de comunicação institucional	CGA/Arquivo/ASSCOM/STI C		
M01.3 – Apresentar o manual para os servidores e colaboradores.	CGA/Arquivo/ASSCOM/STI C		
M01.4 – Disponibilizar os procedimentos acordados na intranet.	CGA/Arquivo/ASSCOM/STI C		

Necessidade: N21			
Adequação das instalações físicas do CPD			
Ações	Responsáveis	Metas	Previsão orçamentária
M01.1 – Elaborar projeto de adequação das instalações físicas do CPD.	STIC/SASG	M01 – CPD modernizado com adequação das instalações.	R\$ 50.000,00
M01.2 – Executar o projeto de adequação do CPD.	SASG		
M01.3 – Revisar cabeamento estruturado.	STIC		



Necessidade: N24			
Disponibilização dos acervos da FCRB via <i>web</i>			
Ações	Responsáveis	Metas	Previsão orçamentária
M01.1 – Executar plano de digitalização.	CMI/STIC	M01 – Acervos da FCRB digitalizados.	Não há custo.
M01.2 – Monitorar e controlar fluxo dos processos de digitalização.	CMI/STIC		
M01.3 – Transferir imagens digitalizadas para o <i>data center</i> .	CMI/STIC		
M01.4 – Inserir imagens com metadados nos repositórios.	CMI/STIC		

Necessidade: N30			
Definição de <i>softwares</i> arquivísticos para preservação digital e de ferramenta tecnológica para a disponibilização de informações do acervo arquivístico da FCRB			
Ações	Responsáveis	Metas	Previsão orçamentária
M01.1 – Levantar os requisitos do sistema.	SAHI/STIC	M01 – Aquisição dos <i>softwares</i> arquivísticos definida.	R\$140.000,00
M01.2 – Enumerar as funcionalidades.	SAHI/STIC		
M01.3 – Implementar o sistema.	SAHI/STIC		
M01.4 – Migrar os dados do sistema anterior.	SAHI/STIC		
M02.1 – Prover infraestrutura <i>web</i> .	STIC	M02 – Disponibilização na <i>web</i> do acervo arquivístico.	R\$ 12.500,00
M02.2 – Realizar ajustes para disponibilização.	SAHI/STIC		

Necessidade: N31			
Sistema de gestão de informações referenciais dos acervos bibliográficos e de preservação da FCRB			
Ações	Responsáveis	Metas	Previsão orçamentária
M01.1 – contratar empresa para aquisição e manutenção do <i>software</i> com treinamento	Biblioteca/STIC	M01 – Sistema de gestão implantado e operante.	R\$ 152.500,00
M01.2 – Migrar dados.	Empresa contratada		
M01.3 – Atualizar conteúdo da base de dados.	Biblioteca		
M01.4 – Emitir relatórios.	Biblioteca		
M01.5 – Disponibilizar base de dados via <i>web</i> .	Biblioteca/STIC		

Necessidade: N32			
Sistema de gestão de informações referenciais dos acervos museológicos e de preservação da FCRB			
Ações	Responsáveis	Metas	Previsão orçamentária
M01.1 – Contratar empresa para aquisição e manutenção do <i>software</i> com treinamento.	Museu/STIC	M01 – Sistema de gestão implantado e operante.	R\$ 152.500,00
M01.2 – Migrar dados.	Empresa contratada		
M01.3 – Atualizar conteúdo da base de dados	Museu		
M01.4 – Emitir relatórios.	Museu		
M01.5 – Disponibilizar base de dados via <i>web</i> .	Museu/STIC		

Necessidade: N10			
Manutenção do sistema de comando e controle			
Ações	Responsáveis	Metas	Previsão orçamentária
M01.1 – Contratar empresa para manutenção do sistema com treinamento.	CGA	M01 – Empresa contratada.	R\$ 360.000,00 Anual.
M02.1 – Manter o sistema de forma preditiva, preventiva e corretiva.	Empresa contratada	M02 – Sistema funcionando (câmeras, catracas, biometria, incêndio, gravação, etc.).	

Necessidade: N04			
Sistema de controle de patrimônio			
Ações	Responsáveis	Metas	Previsão orçamentária
M01.1 – Acompanhar a implementação do sistema junto à empresa contratada para prestar suporte tecnológico.	CGA	M01 – Sistema implantado.	Não há custo.
M01.2 – Migrar dados.	Empresa contratada		
M02.1 – Controlar patrimônio.	SASG	M02 – Controle de patrimônio automatizado.	

Necessidade: N09			
Sistemas de gestão de contratos, convênios e licitações			
Ações	Responsáveis	Metas	Previsão orçamentária
M01.1 – Desenvolver e implantar sistema com treinamento.	Empresa APTWEB	M01 – Sistema implantado.	Não há custo.
M02.1 – Alimentar sistema com novos contratos/aditivos/apostilamentos.	SLIC	M02 – Contratos controlados.	
M02.2 – Controlar contratos.	SLIC		

Necessidade: N13			
Política de preservação digital			
Ações	Responsáveis	Metas	Previsão orçamentária
M01.1 – Elaborar política de preservação digital.	GT	M01 – Acervos digitais da FCRB preservados.	R\$ 150.000,00
M01.2 – Adquirir equipamentos para a preservação dos acervos digitais	GT		
M01.3 – Contratar empresa especializada em serviço de preservação digital	GT		

Necessidade: N28			
Informatizar a gestão de informações acadêmicas para cursos de pós-graduação			
Ações	Responsáveis	Metas	Previsão orçamentária
M01.1 – Levantar os requisitos do sistema.	PPGMA/STIC	M01 – Sistema de gestão de informações acadêmicas implantado.	R\$ 40.000,00
M01.2 – Enumerar as funcionalidades.	PPGMA/STIC		
M01.3 – Implementar o sistema.	PPGMA/STIC		

Necessidade: N01			
Revisão e atualização da Política de Segurança da Informação			
Ações	Responsáveis	Metas	Previsão orçamentária
M01.1 – Publicar portaria para constituir GT para atualização da POSIC.	CGA	M01 – POSIC atualizada.	Não há custo.
M01.2 – Reunir grupo de trabalho.	STIC		
M01.3 – Minutar POSIC.	GT		
M01.4 – Aprovar POSIC.	Comitê Gestor de Governança		
M01.5 – Publicar POSIC.	CGA		

Necessidade: N05			
Sistema de controle de Almoxarifado			
Ações	Responsáveis	Metas	Previsão orçamentária
M01.1 – Acompanhar a implementação do sistema junto à empresa contratada para prestar Suporte Tecnológico.	CGA	M01 – Sistema implantado.	Não há custo.
M01.2 – Migrar dados.	Empresa contratada	M02 – Controle de almoxarifado automatizado.	
M02.1 – Controlar almoxarifado.	SASG		

Necessidade: N07			
Manutenção da transmissão de eventos realizados na sala de cursos e no auditório ao vivo pela internet			
Ações	Responsáveis	Metas	Previsão orçamentária
M01.1 – Renovar/licitar empresa de serviços de transmissão.	CGA	M01 – Eventos transmitidos ao vivo.	R\$ 24.000,00 Anual.
M01.2 – Transmitir eventos.	DDC		

Necessidade: N16			
Capacitação da equipe de TI			
Ações	Responsáveis	Metas	Previsão orçamentária
M01.1 – Definir capacitação necessária para cada servidor de TIC.	STIC	M01 – Equipe de TI capacitada.	R\$ 20.000,00 Anual.
M01.2 – Solicitar capacitação.	STIC		
M01.3 – Aprovar capacitação.	CGA / Comissão de Capacitação		
M01.4 – Concluir a capacitação.	STIC		

Necessidade: N03			
Treinamento para extração de dados do SIAPE			
Ações	Responsáveis	Metas	Previsão orçamentária
M01.1 – Contratar empresa para consultoria com treinamento.	CGA	M01 – Servidores treinados.	R\$ 20.000,00
M02.1 – Extrair dados.	SARH	M02 – Dados extraídos.	

Necessidade: N17			
Ampliação da equipe de informática			
Ações	Responsáveis	Metas	Previsão orçamentária
M01.1 – Solicitar abertura de concurso público ao Ministério do Planejamento.	Presidência	M01 – Equipe de servidores do quadro da FCRB na área de informática ampliada em 100%.	Não há custo
M01.2 – Publicar portaria nomeando a comissão responsável pela elaboração do concurso público.	Presidência		
M01.3 – Publicar edital do concurso público.	CGA		
M01.4 – Efetivar aprovados.	SARH		
M02.1 – Elaborar de termo de referência para contratação de empresa especializada em serviço de apoio tecnológico.	STIC	M02 – Empresa contratada para prestação de serviço na área de tecnologia da informação.	R\$ 320.000,00 Anual.
M02.2 – Publicar edital de licitação.	SLC		
M02.3 – Contratar empresa ganhadora da licitação.	SLC /CGA		

Necessidade: N26			
Melhoria do controle do estoque das publicações da Editoração			
Ações	Responsáveis	Metas	Previsão orçamentária
M01.1 – Levantar os requisitos do sistema.	STIC/Editoração	M01 – Sistema de controle do estoque das publicações implantado.	Não há custo
M01.2 – Enumerar as funcionalidades.	STIC/Editoração		
M01.3 – Implementar o sistema.	STIC/Editoração		

Necessidade: N02			
Sistema de planejamento e orçamento com interface com o SIAFI (extração de dados do SIAFI)			
Ações	Responsáveis	Metas	Previsão orçamentária
M01.1 – Contratar empresa para implantação e manutenção com treinamento (consultoria e execução)	CGA	M01 – Sistema implantado.	R\$ 50.000,00
M01.2 – Digitalizar o para registro e disponibilização do acervo da FCRB.	Empresa		
M02.1 – Extrair dados.	DPO / SEOF	M02 – Dados extraídos automaticamente.	

Necessidade: N19			
Implantação de <i>data center</i> local			
Ações	Responsáveis	Metas	Previsão orçamentária
M01.1 – Contratar consultoria para elaboração do projeto executivo para implantação do <i>data center</i> .	CGA	M01 – <i>Data center</i> local estruturado no prédio novo.	R\$ 200.000,00
M01.2 – Adquirir equipamentos descritos no projeto executivo.	SLC/STIC		R\$ 500.000,00
M01.3 – Contratar empresa para implantação e manutenção do <i>data center</i> .	SLC		R\$ 300.000,00



Necessidade: N20			
Implantação de dados abertos			
Ações	Responsáveis	Metas	Previsão orçamentária
M01.1 – Elaborar planilha eletrônica com os dados abertos de toda a instituição.	STIC	M01 – Dados abertos consolidados.	Não há custo.
M01.2 – Inserir os dados abertos em planilha eletrônica (cada setor ficará responsável pela inserção de seus dados e a consolidação dos mesmos a cargo do STIC).	FCRB		
M02.1 – Instalar aplicação <i>web</i> para inserção de dados abertos.	STIC	M02 – Dados abertos disponíveis para a sociedade.	Não há custo.
M02.2 – Instituir comitê.	Presidência		
M02.3 – Monitorar e controlar a publicação dos dados abertos.	Comitê		
M02.4 – Analisar sugestões enviadas pela sociedade e atender as demandas na medida do possível.	Comitê		

Necessidade: N22			
Agilizar o processo de avaliação do corpo funcional da FCRB, tornando-o sustentável com a redução do uso de papel			
Ações	Responsáveis	Metas	Previsão orçamentária
M01.1 – Levantar requisitos do sistema.	STIC/SARH	M01 – Sistema de avaliação do corpo funcional da FCRB automatizado.	Não há custo.
M01.2 – Enumerar funcionalidades.	STIC/SARH		
M01.3 – Implementar sistema.	STIC		

Necessidade: N29			
Informatizar o controle dos eventos realizados pela DDC			
Ações	Responsáveis	Metas	Previsão orçamentária
M01.1 – Levantar os requisitos do sistema.	DDC/STIC	M01 – Sistema de controle de eventos realizados implantado.	Não há custo.
M01.2 – Enumerar as funcionalidades.	DDC/STIC		
M01.3 – Implementar o sistema.	DDC/STIC		

Necessidade: N15			
Manutenção do sistema de controle do inventário de TI			
Ações	Responsáveis	Metas	Previsão orçamentária
M01.1 – Gerir inventário de TI.	STIC	M01 – Inventário de TI controlado.	Não há custo.

Necessidade: N25			
Diversificar a linguagem visual com a disponibilização de exposições virtuais e outras informações referentes ao MCRB			
Ações	Responsáveis	Metas	Previsão orçamentária
M01.1 – Levantar requisitos para totem.	STIC/Museu	M01 – Aquisição e manutenção de totens multimídia.	R\$ 22.800,00
M01.2 – Elaborar termo de referência para compra de equipamento especificado.	STIC/Museu		
M01.3 – Licitar compra e instalação de totens.	SLC		
M02.1 – Elaborar termo de referência para edital de contratação de programação.	Museu	M02 – Instalação das exposições virtuais.	R\$ 45.000,00
M02.2 – Publicar edital de licitação.	SLC		
M02.3 – Realizar licitação e contratação da empresa.	SLC/CGA		
M02.4 – Instalar exposições virtuais.	Museu		

Necessidade: N08			
Sistema de controle de inscrição em seminários/eventos divulgados no portal			
Ações	Responsáveis	Metas	Previsão orçamentária
M01.1 – Acompanhar a implementação do sistema no âmbito da empresa contratada para prestar suporte tecnológico.	CGA	M01 – Sistema desenvolvido e implantado.	Não há custo.
M02.1 – Acompanhar inscrições.	CMI/CP/DDC	M02 – Inscrições automatizadas.	Não há custo.

Necessidade: N14			
Migração do sistema de <i>helpdesk</i>			
Ações	Responsáveis	Metas	Previsão orçamentária
M01.1 – Definir <i>software</i> livre para o <i>helpdesk</i> .	STIC	M01 – <i>Helpdesk</i> migrado.	Não há custo.
M01.2 – Migrar <i>helpdesk</i> .	STIC		
Necessidade: N23			
Melhoria do controle de acesso de visitante e arrecadação de ingressos do Museu Casa de Rui Barbosa			
Ações	Responsáveis	Metas	Previsão orçamentária
M01.1 – Levantar requisitos do sistema.	STIC / Museu	M01 – Sistema de acesso de visitantes e arrecadação de ingressos do MCRB automatizado.	R\$ 50.000,00
M01.2 – Enumerar funcionalidades.	STIC/ Museu		
M01.3 – Implementar sistema.	STIC		
Necessidade: N33			
Mapeamento e modelagem dos processos de TI			
Ações	Responsáveis	Metas	Previsão orçamentária
M01.1 – Identificar as diferentes ações dos processos de TI.	CGA/STIC	M01 – Processos de TI operacionalizados.	Não há custo.
M01.2 – Mapear os fluxos das demandas.	CGA/STIC		
M01.3 – Definir os responsáveis pelos atendimentos às demandas.	CGA/STIC		
M01.4 – Gerar relatórios de atendimento.	CGA/STIC		
M01.5 – Avaliar os serviços realizados juntos aos usuários (pesquisa de satisfação).	CGA/STIC		

### 13. Plano de gestão de pessoas

---

A Fundação Casa de Rui Barbosa conta com 120 servidores em seu quadro efetivo. Desses, cinco servidores estão lotados na área de Informática.

Acerca desses dados, é possível inferir que há um número reduzido de servidores na área de tecnologia da FCRB, proporcionando uma sobrecarga nas atividades dos colaboradores da área.

Observa-se ainda, no caso, que cada servidor da área de TIC fica, em média, com possível atendimento de 30 pessoas.

Assim, considerando que a área de *helpdesk* (atendimento direto ao usuário) não é a única atividade dos servidores lotados na área – que atuam concomitantemente em processos administrativos, criação e gestão de *sites*, redes, entre outros –, é possível notar a urgente necessidade de ampliação do quadro de pessoal da área, permitindo que as demandas possam ser atendidas em tempos menores e que a relação entre número de servidores da FCRB e o número de atendimentos tenha uma redução percentual de 50%.

Todavia, cabe salientar que a Alta Direção da FCRB ratificou essa medida ao conseguir a realização de contrato de suporte tecnológico, desafogando um pouco os servidores da TIC.

Ademais, nos últimos dois anos, foram investidas verbas de capacitação e treinamento para a área, proporcionando o desenvolvimento da equipe de colaboradores, conforme determina o Decreto nº 5.707, de 26 de fevereiro de 2006, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP).

Entretanto, embora alguns esforços venham sendo feitos para minimizar a sobrecarga da área, é imprescindível que no próximo triênio a força de trabalho seja ampliada e sejam feitos maiores investimentos na capacitação dos servidores de tecnologia da informação e comunicação da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Ressaltamos que a Fundação Casa de Rui Barbosa, devido à sua missão e aos seus objetivos, cada vez mais precisa fazer uso da tecnologia da informação para cumprir sua função social. A diversidade das atividades e compromissos da instituição impõe a utilização



de uma variedade de recursos tecnológicos que obriga uma capacitação dos servidores da área da informação para o devido cumprimento das metas institucionais.

## 14. Plano orçamentário

A proposta orçamentária de TI para o atendimento das necessidades levantadas é uma consolidação dos valores apresentados no item 12 deste PDTIC.

Classificação	Estimativa de gastos (em R\$)					
	2017		2018		2019	
	Investimento	Custeio	Investimento	Custeio	Investimento	Custeio
13.122.2127.2000.0001 - Administração da Unidade	200.000,00	381.550,00	200.000,00	1.004.000,00	700.000,00	1.224.000,00
13.391.2027.20ZH.0001 - Preservação de Bens e Acervos	0,00	0,00	290.000,00	435.300,00	0,00	22.800,00
<b>TOTAIS</b>	200.000,00	381.550,00	490.000,00	1.439.300,00	700.000,00	1.246.800,00
<b>TOTAL</b>	581.550,00		1.929.300,00		1.946.800,00	

O quadro acima explicita a expansão dos investimentos em TI e conseqüentemente dos valores de custeio necessários à expansão da FCRB tanto do ponto de vista físico (estrutura, servidores) quanto do ponto de vista regulatório (novos produtos, serviços, armazenamento e processamento de informações). De 2017 para 2018, as necessidades da TI têm um aumento muito expressivo, o que caracteriza uma tendência de maior relevância da área de tecnologia para o suporte estratégico da organização.

## 15. Plano de gestão de riscos

O plano de gestão de riscos identifica os principais riscos que podem resultar na inexecução total ou parcial deste PDTI, impactando o alcance das metas e a realização do que foi previsto.

Para cada risco identificado, analisou-se a probabilidade e impacto de ocorrência, aplicando-se uma escala com três níveis de classificação: baixo, médio e alto. Os critérios



utilizados para realizar a classificação em cada um desses níveis são apresentados nos quadros a seguir:

Grau de Probabilidade	Definição
Baixo	Estima-se em menor que 30% a chance deste evento de risco
Médio	Estima-se entre 30 e 70% a chance deste evento de risco ocorrer
Alto	Estima-se em maior que 70% a chance deste evento de risco

Grau de Impacto	Definição
Baixo	Os efeitos do evento de risco são baixos ou mesmo imperceptíveis. Na maioria das vezes, o custo da prevenção do risco é maior que o custo do evento do risco. Quando esses eventos afetam o custo, o prazo ou a qualidade do projeto ou atividade, podem ser facilmente reparados e ajustados, não provocando ameaças ao sucesso do projeto.
Médio	Os efeitos são moderados. Quando esses eventos afetam o custo, o prazo ou a qualidade do projeto ou atividade, podem ser reparados e ajustados. Entretanto, os impactos podem afetar o plano do projeto, necessitando de repactuação de prazos e custos.
Alto	Os efeitos do evento são elevados. Quando esses eventos afetam o custo, o prazo ou a qualidade do projeto ou atividade, somente podem ser reparados por meio de replanejamento, necessitando de renegociação de prazos e custos entre as partes.

Após a classificação, realizou-se o planejamento de respostas aos riscos com maior probabilidade e impacto, estabelecendo as estratégias para mitigar sua ocorrência, bem como o plano de contingência para redução de impacto no caso da ocorrência do risco. Ressalta-se que a análise realizada nesse plano se complementa pela avaliação realizada quando do planejamento específico dos projetos a serem conduzidos.

Risco	Consequências	Probabilidade	Impacto	Estratégia de Mitigação	Plano de Contingência
Ataques à rede.	Perda de informações e conectividade.	Média	Alto	Implantar ferramentas de monitoramento específicas para controle de acessos externos.	Diagnosticar as causas do problema.



Reduzido número de servidores públicos para a área de TIC.	Inviabilidade de implantação de novos projetos.	Alta	Alto	Novos concursos.	Contratação de serviços de atividades técnicas especializadas, quando oportuno.
Insuficiência de orçamento para condução das atividades e projetos previstos no PDTIC.	Atrasos nas atividades, ações e projetos. Suspensão/ cancelamento de atividades, ações e projetos.	Alta	Alto	Permanente articulação com o nível estratégico da Casa.	Priorização das demandas de TI.
Equipamentos obsoletos.	Atraso nos trabalhos.	Baixa	Alto	Política de atualização do parque tecnológico da instituição.	Levantamento do acervo disponível. Aquisição de novos equipamentos.
Falta de energia.	Paralisação dos trabalhos da FCRB e possível estrago nos equipamentos.	Média	Alto	Instalação e manutenção de gerador de energia.	Utilização de <i>nobreaks</i> .
Indisponibilidade nos <i>links</i> de dados.	Paralisação dos trabalhos da FCRB.	Média	Alto	Contratação de <i>links</i> de <i>backup</i> .	Utilização de <i>modems</i> 3G em atividades

O recente ataque cibernético que afetou os sistemas de computadores de diversos países espalhados pelo globo despertou a atenção para a necessidade da elaboração de planos de gestão de riscos como forma de prevenção e segurança dos dados informacionais das instituições. Esse fato demonstra que todos somos vulneráveis diante da ação de *hackers* cada dia mais especializados no desenvolvimento de estratégias dessa natureza.

Nesse sentido, é fundamental a criação de um Comitê de Ação Emergencial para atuar na salvaguarda do sistema da Fundação Casa de Rui Barbosa, fiscalizando a política de cópia de segurança interna (*backup*) e garantindo a atualização constante dos programas utilizados na instituição.

A manutenção da rede elétrica é imprescindível para evitar panes que poderiam ocasionar a perda irremediável de toda a estrutura de *hardware* e *software*. Neste escopo, incluímos também a substituição de máquinas obsoletas que possam comprometer a segurança da rede de dados.





## 16. Processo de revisão do PDTIC

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da Fundação Casa de Rui Barbosa, após análise e aprovação pelo Comitê Gestor de Governança, vigorará entre os anos de 2017-2019. Sua revisão está prevista para 2018, tendo em vista a necessidade de atualização anual diante das constantes mudanças tecnológicas. Havendo alguma intercorrência, poderá ser realizada alteração no plano em vigor para se adequar à demanda institucional. O Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC) ficará responsável pelo acompanhamento da validade e preparação do trabalho para um novo ciclo de revisão.

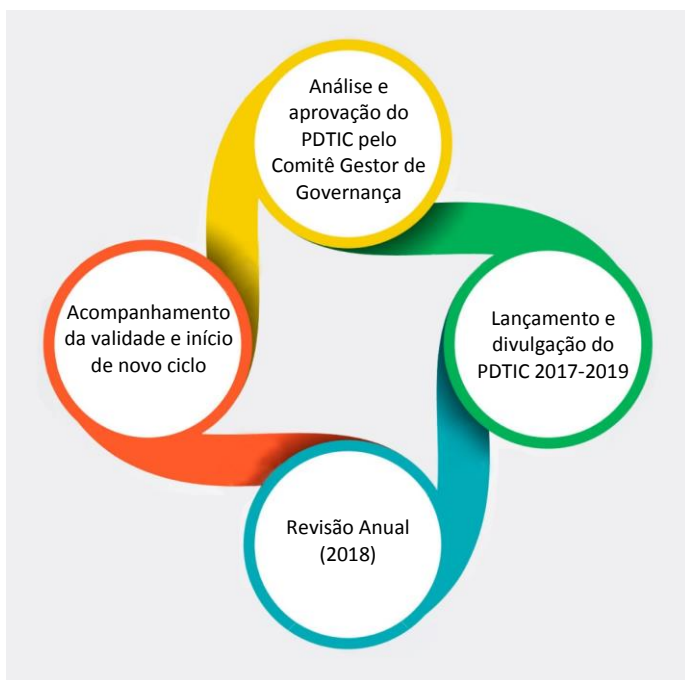


Figura 3 – Ciclo de revisão do PDTI.



## 17. Fatores críticos de sucesso

A plena execução do PDTIC está associada a uma série de variáveis que envolve recursos humanos, técnicos e financeiros. Nesse sentido, apontamos como um fator crítico a decisão da Justiça do Trabalho (acórdão referente ao Processo TRT-RO-0153600-64.2006.5.01.0006) que restringiu a contratação de mão de obra terceirizada até mesmo nos casos previstos pelo Art. 1º do Decreto 2.271/97 (que inclui serviços de informática) limitando a possibilidade de ampliação do quadro de TI, exceto por meio de concurso público.

Apontamos como fundamental para o sucesso do plano o envolvimento das equipes, a rapidez na solução dos problemas que possam surgir, o apoio da Alta Administração e a revisão anual prevista no item 16 com vistas à recondução de questões não contempladas.

Ressaltamos que o PDTIC não se restringe a um documento teórico, mas uma importante ferramenta para operacionalizarmos os processos pertinentes ao funcionamento das áreas que compõem o organograma da FCRB, bem como sua interlocução com o universo acadêmico e outras demandas externas. Nesse sentido, é fundamental que as ações previstas nos planos de metas (12.1) e de ações (12.2) sejam cumpridas e fiscalizadas com rigor para garantir o sucesso deste trabalho. Como o levantamento de necessidades envolveu uma consulta a todos os setores da FCRB, é importante que seja cumprido à risca, a fim de não se correr o risco de perder a credibilidade do trabalho desenvolvido.

Entretanto, estamos conscientes de que há um quadro mais geral de restrição fiscal do governo federal, que poderá afetar a implementação integral deste PDTIC no período previsto.



## 18. Conclusão

---

A elaboração e implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação oferece a oportunidade de a instituição estabelecer o planejamento da área de TIC, identificando os serviços, realizando a gestão e execução conforme o planejado. Esse processo precisa ser continuado anualmente, avaliando os resultados, revisando o planejamento e aprimorando o PDTIC, alinhado ao Plano de Ação da FCRB.

Nesse sentido, foram identificadas para o triênio 2017-2019 várias demandas estratégicas, especialmente as relacionadas à gestão de informações acadêmicas para cursos de pós-graduação e referenciais dos acervos museológico, bibliográfico e arquivístico, sistemas a serem implantados com o objetivo de aprimorar diversos setores da FCRB, especial atenção a melhoramentos referentes a infraestrutura de TIC. A digitalização de acervos e acesso aos seus conteúdos por meio da página *web* da instituição continuam como uma demanda importante para FCRB.

O exíguo contingente de pessoal capacitado é um significativo limitador para um efetivo detalhamento do planejamento e da gestão das ações de TIC, tanto no que diz respeito às ações como aos seus prazos de execução.

Nesse contexto, a gestão de riscos fica altamente comprometida, restringindo-se a previsão de medidas de contingência àquelas ações que mais impactam os objetivos estratégicos da instituição.

